

Colaboram neste número os profs. Djacir Menezes, Evaristo de Moraes Filho, Hélio Vianna, Ivan Gonçalves de Freitas, Luiz de Aguiar Costa Pinto, Maurício Vinhas de Queiroz e Roberto Cardoso de Oliveira, da Universidade do Brasil; Manuel Diégues Júnior, da Universidade Católica; Florestan Fernandes, da Universidade de São Paulo.

CDU 3(05)

Aspirações atuais do Brasil — Análise sociológica (*)

EVARISTO DE MORAES FILHO

1. Condições geográficas

POR MAIORES críticas que tenham sido endereçadas aos exageros do determinismo geográfico, não há como negar que nenhum estudo histórico pode iniciar-se sem um prévio exame da sua base geográfica. E tanto mais primitivo é um povo, quanto mais se destacam essas condições geofísicas do seu quadro espacial. A extensão territorial do Brasil teria de refletir-se em sua constituição social e psicológica de forma irrefutável. Mesmo hoje, com os modernos meios de transporte e de comunicação, ainda se encontram em pauta os permanentes problemas cruciais de sua formação histórica, condicionados pelos fatores da sua morfologia geográfica. Que significação teriam as sesmarias, as bandeiras, as entradas, todos os movimentos de penetração e de posse da terra, de adentramento de fronteiras sem essa suposição prévia? O seu esquema territorial está sempre presente em sua formação social, agudamente ou de maneira discreta, mas sempre presente.

Quando da sua descoberta e dos primeiros contatos dos europeus com seus contornos físicos, logo duas hipóteses

(*) Desenvolvimento da conferência, verbal, proferida na Escola Superior de Guerra, em 31 de maio de 1961.

foram levantadas: ilha ou continente? Julgavam os portugueses, a princípio, que se tratasse de uma ilha, embora fosse observada imediatamente a sua imensa extensão. Lá está na *Carta* de Pero Vaz Caminha, em certo trecho: “pelo sartão nos pareceu vista do mar muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa”.

Julgamento oposto será o proferido por Américo Vespucci, em carta a Lorenzo dei Medici, quando de sua terceira viagem por estas plagas: “a qual terra reconhecemos não ser ilha, mas sim um continente, pois corremos ao longo do seu litoral, sem a rodear”.

A virtude, como sempre, estava no meio. Nem ilha nem continente, mas um território tão extenso e imenso que mais se aproximava desta última forma. Contudo, nos primeiros movimentos de ocupação humana da terra pelos portugueses, dominava ainda a idéia de ilha, amortecida e abandonada aos poucos com a crescente e efetiva tomada de contato com a realidade. Gandavo a comparava, no século XVI, a uma harpa, imprimindo-lhe uma imagem poética, não muito longe da verdade¹.

Dada a sua extensão, o território brasileiro abrange quase todos os climas, tomando-se por base os elementos meteorológicos: temperatura, umidade, pressão, vento, chuva. Por eles, contudo, predominam nitidamente duas zonas térmicas principais: a tropical e a temperada, com posteriores subdivisões ou tipos climáticos².

Como decorrência dessas condições básicas do ambiente físico, correspondendo às diversidades geográficas, foi encontrada no território brasileiro uma rica variedade de

1 — Jaime Cortesão, *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, Rio de Janeiro, s./d., pág. 240; Américo Vespucci, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XLI, 1.ª parte, pág. 22; Gandavo, *Tratado da Terra do Brasil*, Rio de Janeiro, s./d., pág. 80.

2 — Cf.: Afrânio Peixoto, *Clima e Saúde. Introdução biogeográfica à civilização brasileira*, São Paulo, 1938, pág. 51. Também: Salomão Serebrenick, *Aspectos Geográficos do Brasil (O Clima, a terra e o homem)*, Rio de Janeiro, 1942.

flora e de fauna. Mas essas diversidades iriam refletir-se igualmente nos movimentos de ocupação humana da terra, no que diz respeito à própria vida humana, aos tipos econômicos de exploração da terra, aos valores econômicos, às formas de produzir e de consumir, adequadas ao respectivo meio. Os primeiros estabelecimentos humanos tinham de assentar-se na configuração maior do ambiente físico, sob pena de serem por êle tragados e pulverizados.

2. Ocupação da terra

O solo, o relêvo e a água são personagens tão importantes na formação brasileira como os próprios homens que ocupavam a terra. Com planícies, planaltos e densa região montanhosa, eram — e são ainda hoje — relevantes os fatores negativos para a ocupação do novo território. Durante todo o século XVI, praticamente, não conseguiram os seus ocupantes ir além do litoral, da orla marítima. Entre o mar e a floresta próxima encontravam os índios a pescaria e as matas para poderem fazer os seus mantimentos. Esta última observação é de Capistrano de Abreu³.

Somente no século XVII, com a travessia da Serra do Mar, foram devassados os caminhos interiores e transposta a barreira que isolava os homens na zona litorânea. Nessas primeiras entradas e em muitas bandeiras não estiveram estranhos elementos nativos, índios e mamelucos, que serviam de guia e indicavam os caminhos e as veredas de penetração. Muitas vezes o êxito das bandeiras dependia inteiramente do conhecimento ou da descoberta do melhor caminho⁴.

Na pressa de ocupar o território nem sempre lançou mão o colonizador da melhor política econômica, de conser-

3 — C. de Abreu, *Capítulos de História Colonial*, Rio de Janeiro, 1934, pág. 57.

4 — Sérgio Buarque de Holanda, *Índios e mamelucos na expansão paulista*, in *Anais do Museu Paulista*, Tomo XIII, São Paulo, 1949, pág. 184.

vação e de manutenção. Muito pelo contrário, predominava a economia de devastação e de desperdício. Se a mata servia de obstáculo, havia um meio fácil e rápido de eliminá-la: a queimada, que iria celebrar-se e perpetuar-se entre nós. Exemplo triste e anedótico ao mesmo tempo é o do povoado de Andirobas, na Amazônia, que não possui atualmente uma única meliácea, que lhe dá o nome. No Nordeste foi drástica e trágica a queimada. No conhecido estudo botânico daquela região brasileira, confirma-o Luetzelburg, mostrando que a percentagem máxima de matas em relação à área total por Estado varia de 19,7 % na Bahia até 0,1 % em Sergipe. E com isso iniciamos, e nunca deixamos de praticar, uma atividade de fazedores de deserto...⁵

Nesta altura é bom estabelecer uma nítida e clara distinção entre os efetivos estabelecimentos de povoamento, permanentes e duradouros, e os movimentos das bandeiras, heróicas, espetaculares, mas nem sempre — com exceção do *uti possidetis* — de resultados benéficos. Ninguém o diz melhor do que Capistrano de Abreu sobre as conseqüências negativas das bandeiras quanto à fixação do homem ao solo brasileiro: “Concorreram antes para despovoar que para povoar nossa terra, trazendo índios dos lugares que habitavam, causando sua morte em grande número, ora nos assaltos às aldeias e aldeamentos, ora com maus tratos infligidos em viagens, ora, terminadas estas, pelas epidemias fatais e constantes, aqui e alhures apenas os silvícolas entram em contato com os civilizados. Acresce que os bandeirantes iam e tornavam, não se fixavam nunca nos territórios percorridos; isto explica o motivo da sua persistência durante mais de um século e seu exílio quando não tornaram mais à pátria”⁶.

5 — Edilson Carneiro, *A conquista da Amazônia*, Rio de Janeiro, 1956, pág. 59. Cf. também: A. J. Sampaio, *Fitogeografia do Brasil*, São Paulo, 1934 e *Biogeografia, dinâmica. A natureza e o homem no Brasil*, São Paulo, 1935.

6 — C. de Abreu, *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, Rio de Janeiro, 1930, pág. 65.

Com tôdas as dificuldades de ocupação, já no século XVIII, contudo, estava ela praticamente ultimada. O Tratado de Madri, de 13 de janeiro de 1750, demarcou os limites de um Brasil que são ainda os de hoje, com pequenas alterações. A ocupação humana alcançara os pontos estratégicos do território nacional, permitindo francamente um domínio completo da nova terra⁷.

3. O português — Portugal no século XVI

Não foge ao lugar comum a afirmativa de que o elemento humano da formação social do Brasil se constituiu de três raças ou culturas diversas: o português, o índio e o africano. Trazia o primeiro para estas paragens a sua anterior experiência — rara para o europeu da época — de outros contatos com povos alienígenas, tidos como selvagens ou primitivos de civilização não-européia. No próprio território português habitavam e o ajudavam em sua economia grupos étnicos heterogêneos. Enquanto o português nobre se dedicava a outras tarefas, tidas como mais heróicas ou lucrativas, eram entregues os trabalhos de agricultura aos mouros.

Clenardo, cronista da época, caracterizou a sociedade portuguêsã dos quinhentos com três notas típicas: repugnância pelo trabalho, fidalguia e liberalidade dos costumes. Com as novas descobertas, mais se acentuaram essas características nacionais de Portugal no século XVI. O trabalho escravo justificava e facilitava o abandono do trabalho manual em favor do ócio, o desprezo da agricultura para o gozo de uma vida de nobreza, com ostentação, procura de

7 — A par das conhecidas obras de Afonso Taunay, Alcântara Machado, Cassiano Ricardo, Pedro Calmon, A. Ellis Júnior, A. C. Ferreira Reis e Sérgio Buarque de Holanda, para o papel das bandeiras no recuo da fronteira e os contornos do Brasil no século XVIII, veja-se Basílio de Magalhães, *Expansão geográfica do Brasil Colonial*, 2.^a ed., São Paulo, 1935, esp. págs. 196 e sgs.

títulos e de comendas⁸. Embora católicos de religião e de formação, justificavam-se os descobridores com a crença de que, além do Equador, não havia pecado, como se os nativos e os escravos não fôsem da raça humana: *ultra equinoxialem non peccavit*.

Registrava Nóbrega a licenciosidade de costumes que imperava no Nordeste, mormente em Pernambuco. Os homens casados em Portugal, escrevia, viviam por tôda a costa em grandes pecados; espalhavam-se pelo sertão os filhos de cristãos, vivendo e criando-se nos costumes dos gentios.

Fazia parte da política de ocupação da terra pelos portugueses êste incentivo à mestiçagem e ao alargamento do conceito de família, trazendo para o seu âmbito tôdas as pessoas que dela dependiam e vivessem sob o jugo do *patrifamílias*.

4. As sesmarias — As fazendas — Clãs patriarcais

Ainda aqui faz-se presente o condicionamento geográfico. O ambiente físico não podia deixar de impor as determinantes para a sua ocupação. Transplanta-se para as

8 — M. Gonçalves Cerejeira, *Clenardo e a sociedade portuguesa*, 3.^a ed., Pôrto, 1949.

Nos seus *Estudos históricos e econômicos*, Lisboa, 1923, vol. I, págs. 431 e segs., registra Alberto Sampaio: "Este brilhante feito d'armas (expugnação de Ceuta), executado com tanta bravura e não menos fortuna, foi o ponto de partida d'um nôvo modo de ser da sociedade. A êle foram-se seguindo as explorações do infante D. Henrique. Gradualmente, à medida que avançam até que foi desvendado o caminho da Índia, vai parando o desenvolvimento do trabalho interno e nascendo em tôda a população o espírito de aventura, que nunca mais se extinguirá. As mesmas faculdades intelectuais atrofiaram-se-lhe para tudo que não fôsse viajar e mercadejar. Nem a agricultura, a indústria, a ciência ou as belas artes a preocupação fundamentalmente"... "De fato, que importava o progresso moral e industrial destas oitenta léguas de cinta litoral, se estava aberto o grande mundo, cheio de opulências nunca vistas?"... "Durante êste reinado até ao de D. João III, no período da maior glória e expansão marítima, o decréscimo da produção agrícola e industrial, e a escassez da população, vai aumentando sempre duma maneira que assustaria qualquer observador superficial, não totalmente obcecado. A lavoura definhava, a indústria diminuía"... "A aventura era o moto geral. Valia a pena labutar duramente na terra, ou transformar a matéria bruta em produtos fabris, quando era possível enriquecer numa viagem?"

terras americanas a forma feudal de domínio territorial. As sesmarias não puderam evitar o latifúndio. Disso se aperceberam os colonizadores, ao procurarem fixar a extensão máxima das sesmarias, a fim de evitar a posse exagerada da terra por alguns e o isolamento excessivo que daí adviria. As Cartas Régias de 1695, 1697 e 1699 fixavam limites máximos de propriedade. A mesma determinação se continha nas Provisões de 1729 e 1753. Desde o fim do século XVII e por todo o século XVIII tomou-se como base das sesmarias a extensão de três léguas, mas que nunca foi efetivamente respeitada. As áreas do Nordeste sempre foram mais generosas do que as concedidas no Sul.

Qual o significado econômico e social dessa forma de propriedade territorial? Dada a imensa extensão dos domínios privados, destacou-se de logo um tipo de exploração econômica: a fazenda. Exemplo perfeito das antigas vilas romanas e dos domínios feudais, representa a fazenda uma forma de economia fechada, doméstica, de consumo imediato, em que se produz para o próprio consumo dos que se encontram dentro dos seus limites. Reduzem-se ao mínimo os contatos com as outras fazendas, sendo quase totalmente ausente uma economia de troca. Com um mercado interno praticamente inexistente, por tudo: pela extensão do território, pela ausência de comunicações, de estradas, de pontes, de pessoas que pudessem consumir, com suficiente poder aquisitivo —, dedicavam-se as fazendas, quase tôdas na faixa litorânea, ao comércio de exportação, principalmente na zona de engenhos de açúcar⁹.

9 — O tipo de ocupação da terra no Brasil assemelha-se à *plantation* do sul dos Estados Unidos e de outras regiões das Antilhas, isto é, exploração extensiva e monocultora.

Para o Brasil e para a discussão da existência ou não de feudalismo entre nós e em Portugal, v.: A. Herculano, *Da existência ou não existência do feudalismo em Portugal*, in *Opúsculos*, V, Lisboa, 1881; P. Manoel Merêa, *Introdução ao problema do feudalismo em Portugal*, Coimbra, 1912; Felsbelo Freire, *História Territorial do Brasil*, Rio de Janeiro, 1906; J. Isidro Martins Júnior, *História do Direito Nacional*, Rio de Janeiro, 1895; M. Diégues Junior, *População e Propriedade da terra no Brasil*. Washington, 1959.

Constituem as fazendas núcleos sociais e demográficos do nôvo povo que se formava, autênticos focos de relações étnicas e culturais. Era em seu interior que se ia formando a família brasileira, num domínio quase absoluto do senhor do engenho, do chefe do *clã patriarcal*, que abrangia os seus consangüíneos, os parentes menos próximos, os agregados, os compadres, os afilhados, os escravos, emprestando-lhes uma nota de harmonia e unidade grupal. Os seus destinos prendiam-se diretamente ao destino do chefe do grupo doméstico: o patriarca.

Como no regime feudal europeu, em que se inspirava, mas agravado pela imensa extensão territorial, constituía-se cada chefe de clã patriarcal num detentor de todos os poderes, com a ausência quase absoluta de interferência do poder público em seus domínios. O rei estava muito longe, noutro continente; seus delegados nestas bandas temiam os grandes proprietários locais e precisavam de seus préstimos na administração da nova terra. Em resumo: fragmentava-se o poder central, a soberania pública, através desses núcleos dominiais, dando como resultado o fortalecimento do poder privado, representado pelos senhores patriarcais. O Estado mantinha-se ausente e absenteísta, desaparecendo na sombra, discretamente; esmaecia-se a noção de domínios públicos. As benfeitorias, as melhorias eram feitas *intra muros* pelos senhores patriarcais, com completo abandono das serventias públicas e comuns.

Notaram todos os visitantes do Brasil colonial a completa ausência de estradas e pontes, com caminhos difíceis, impraticáveis e tortuosos. As fazendas viviam isoladas, fechadas em si mesmas, em contato direto com o exterior, quando necessário e possível, num comércio que lhes era muito lucrativo. Para que desviar parte dos lucros para obras públicas ou de interesse de terceiros?¹⁰

10 — E' bem significativa esta anotação de Frei Vicente do Salvador, que há mais de trezentos anos já escrevia esta fina nota a respeito do caráter do povo brasileiro — *História do Brasil*, (1500-1627), revista por Capistrano de

5. Ausência de classes médias — O problema dos oficiais mecânicos

Tudo isso, todos êsses fatores teriam de refletir-se na constituição e desenvolvimento da sociedade brasileira. Apesar dos esforços isolados de um ou outro sociólogo, que opina contrariamente, em verdade não chegamos a ter classes médias, bem estruturadas e diferenciadas. A estratificação social brasileira dividiu-se, desde os primórdios da nossa formação, em duas camadas nítidas: os nobres e o populacho, com pequenas e insignificantes manifestações de categorias intermediárias.

Com o tipo econômico da fazenda, fechado em si mesma, dispunha o chefe do clã patriarcal de tudo que necessitava dentro dos seus próprios domínios, principalmente na exploração da cana-de-açúcar. O braço escravo era a principal força motriz de todo o trabalho, a base real em que repousava o restante da vida econômica. Para os trabalhos de conservação, de manutenção dos engenhos mecânicos de produção, bastavam os próprios escravos ou algum mestiço mais habilidoso. Poucos eram, na realidade, os operários ou artesãos livres, europeus, especializados neste ou naquele ofício. Esta camada de operários mecânicos não chegava a impressionar numericamente, a ponto de marcar uma classe ou uma categoria de pessoas na sociedade brasileira.

Abreu e Rodolfo Garcia, São Paulo, 1954, págs. 41/43: "De onde nasce também que nem um homem nesta terra é repúblico, nem vela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular... Pois o que é fontes, pontes, caminhos e outras cousas públicas é uma piedade, porque, atendo-se uns aos outros, nem um as faz, ainda que bebam água suja e se molhem ao passar os rios ou se orvalhem pelos caminhos".

Cf.: A. de Saint-Hilaire, *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, trad. e notas de Glado de Leça, vol. I, São Paulo, 1938, pág. 61; Oliveira Viana, *Populações meridionais do Brasil*, 2.^a ed., vol. I, São Paulo, 1922, págs. 125 e segs.; Paulo Prado, *Paulística*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, 1934, págs. 10/11; Pedro Calmon, *Espirito da Sociedade Colonial*, São Paulo, 1935, págs. 221 e segs.; M. Diégues Júnior, *Regiões Culturais do Brasil*, Rio de Janeiro, 1960, págs. 63 e segs.

Mesmo em Piratininga, onde mais se destacaram êses praticantes de ofícios livres, notadamente nos séculos XVII e XVIII; pois bem, mesmo em São Paulo, não chegaram a constituir uma nítida e diferenciada classe social. Sòmente com as descobertas das minas, mas regulamentadas pelo Estado — que nelas tinha muito interêsse — e pela formação de núcleos urbanos, oriundos dessas concentrações humanas, sòmente neste momento, no século XVIII, é que se pode admitir a existência de fracas manifestações de classes médias no Brasil-colonial. Explicam-na: a natureza dos trabalhos, que dispensavam a organização econômico-social do tipo fazenda, forçando uma diferenciação social mais rica e complexa, com a presença obrigatória de comércio e oficiais mecânicos¹¹.

Nunca chegamos a ter grêmios ou corporações de ofício, como os conheceu a Europa, durante alguns séculos. Embora o assunto viesse tratado nas *Ordenações*, a despeito de várias tentativas reguladoras — em São Paulo, Minas Gerais, Salvador e Rio de Janeiro — os grêmios brasileiros foram de pequena duração, mais de índole religiosa e beneficente, sem maiores conseqüências na organização e no contrôle das diversas profissões. Como falar-se em grêmios de ofícios numa sociedade essencialmente escravocrata, fundada no trabalho servil, fechada em núcleos isolados de produção econômica, praticamente sem centros urbanos? Na

11 — A. d'E. Taunay, *São Paulo no século XVI, História da Vila Piratiningana*, Tous, 1921; A. d'E. Taunay, *História da Cidade de São Paulo no século XVIII*, vol. I, 2.^a, parte, São Paulo, 1949, págs. 213 e segs.; A. d'E. Taunay, *História seiscentista da Vila de São Paulo*, São Paulo, 1929. E. Silva Bruno, *História e tradições da Cidade de São Paulo*, 2.^a ed., vol. I, Rio de Janeiro, 1954, págs. 293 e segs.; Salomão Vasconcelos, *Ofícios mecânicos em Vila Rica durante o século XVII, in Revista do Serviço do Patrimônio Hist. e Art. Nac.*, n.º 4, 1940, págs. 331 e segs.; Diogo de Vasconcelos, *História média das Minas Gerais, Rio de Janeiro*, 1948; Caio Prado Junior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, 5.^a ed., São Paulo, 1957, págs. 267 e segs.; Roberto Simonsen, *História Econômica do Brasil*, 3.^a ed., São Paulo, 1957, págs. 148/149; Vieira Fazenda, *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro, in Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.*, tomo 86, vol. 140, Rio de Janeiro, 1921, págs. 152/158; Pedro Calmon, *História do Brasil*, vol. IV, Rio de Janeiro, 1959, págs. 1283 e segs.

Europa o artesanato e sua organização corporativa constituíram manifestações de vida urbana, na luta das cidades e das comunas contra os senhores feudais. Corporação e urbanização, grêmio e cidade são dois lados do mesmo fato social, cara e coroa da mesma época histórica.

Sem organização corporativa, fracos, dispersos, pouco poderiam conseguir para si os exercentes de atividades mecânicas na composição das Câmaras Municipais, segundo o sistema de administração do Brasil colonial. Vez por outra, por falta de representante da nobreza, obtinham os oficiais mecânicos e comerciantes acesso às Câmaras, mas só excepcionalmente. São numerosos os atos proibitivos e os exemplos confirmadores da regra. Os “homens bons”, que as compunham, constituíam-se pelos nobres de linhagem, os senhores de engenhos, a alta burocracia civil e militar e alguns burgueses ricos no comércio em grosso. Em 1705, determinava a Provisão de Olinda que, na Câmara Municipal, “não poderiam servir mercadores”.

Na Bahia, no ano de 1641, pouco depois da liberação de Portugal do domínio espanhol, admitiu-se o acesso dos mestres à administração da cidade. Determinou-se “que o número de mesteres fôssem doze he que os doze elegessem hum juiz do Povo he hum escrivão para que todos juntos fizessem como nas maes sidades de Portugal he vilas notaveis se costuma em proveyto dos povos he Republica”¹².

Sem real e profunda eficácia, funcionando quase sempre como organismo lateral, distinto, dentro da própria Câmara, criaram-se vários choques entre o Juiz do Povo e os mestres, de um lado, e os nobres e abastados, do outro. Finalmente, pela Carta Régia de 25 de fevereiro de 1713, foram extintos no Brasil os juizes do povo e os mestres: “Governador e Capitão General do Estado do Brasil. Eu El-Rey vos envio muito saudar. Havendo visto a representação que

12 — Afonso Ruy, *Contribuição ao Estudo das manifestações corporativas na Bahia do século XVII*, Salvador, 1960, pág. 5.

me fizeram os officiaes da Camara desta cidade sobre não ser conveniente que nella haja juiz do povo por ter mostrado a experiencia ser causa dos motins que tem havido em desserviço meo e do publico desses moradores. Fuy servido resolver não haja nessa cidade juiz do povo. Do que me pareceo avisarvos para o terdes assim entendido e aos officiaes da Camara ordeno que assim o executem”.

Ainda em 1766, protestava a Câmara da vila de Paranaguá contra o alto montante que deveria dar como contribuição para as obras da Fortaleza da Barra: “A não serem 60 ou 70 moradores com algum tratamento, os demais eram gente de pés descalços”. Alegavam “o estado miserável da terra”.

Nos meados do século XVIII, dizia o Conde de Cunha, referindo-se ao Rio de Janeiro, sede do Vice-Reinado: “Pelo que se vê esta Cidade, que, pela sua situação e porte, deve ser a cabeça do Brasil e nela a assistência dos vice-reis, sem ter quem possa servir de vereador, nem servir cargo autorizado e só habitado de officiais “mecânicos”, pescadores, marinheiros, mulatos, prêtos boçais e nús e alguns homens de negócios, dos quais muitos poucos podem ter êste nome”.

Damos, assim, inteira razão a Roger Bastide, sociólogo francês que viveu entre nós por muitos anos, ensinando na Universidade de São Paulo, quando escreveu, em livro recente, que o Brasil não teve classes médias no período colonial e mesmo no Império, tendo existido somente uma simples classe intermediária¹³.

Realmente, somente depois da abolição da escravidão, com o grande incremento que tomaram entre nós a urbanização e a industrialização; com o crescimento da máquina burocrática e o desenvolvimento do comércio nos centros urbanos, é que se vêm constituindo as classes médias bra-

13 — R. Bastide, *Sociologie du Brésil*, Paris, s./d., pág. 6.

No mesmo sentido, com razão; Jacques Lambert, *Os dois Brasis*, trad. de Clotilde da Silva Costa, Rio de Janeiro, 1959, págs. 128/129.

sileiras, com características próprias e padrões diferenciados de nível de vida e conduta social.

6. Ausência de instituições de solidariedade social — ontem e hoje

Sempre nos impressionou, desde cedo, esta inorganicidade na formação do povo brasileiro. Pela extensão territorial, que condicionou uma ocupação humana insolidarista e fragmentária, organizou-se a sociedade brasileira através de ilhas isoladas de povoamento, quando muito de arquipélagos, faltando quase sempre um certo tecido conjuntivo entre êsses núcleos. Dominados por clãs patriarcais, fixados no meio rural, muito se demorou entre nós a formação espontânea de centros urbanos, com a correspondente diferenciação social que nêles se processa. Esta, a nosso ver, a constante da psicologia social do povo brasileiro, herdada do colonizador ibérico e que se iria perpetuar até nossos dias. É esta a nota tônica no caráter do povo brasileiro: a sua falta de sentimento de cooperação, de solidariedade social, de aproximação durável e profunda em associações voluntárias. Desde os tempos coloniais, como que vive o brasileiro isolado, separado um do outro, em verdadeiro atomismo social. Salvo raras manifestações de filantropia, de festividades periódicas, de motivos de emotividade superficial e passageira, não se aproximam as pessoas, voluntariamente, para um convívio contínuo, para a constituição de um colégio institucional, independente de suas próprias vidas individuais. Em geral, cessado o móvel imediato da aproximação, dissolve-se o grupo, dispersam-se os seus elementos, morrendo por falta de combatentes a própria instituição.

É inegável essa nossa inorganização nacional, essa falta de inclinação para a vida associativa. Salvo um ou outro exemplo de aglutinação espontânea, mas totalmente fugaz,

como a vaquejada, tão bem descrita por Euclides da Cunha¹⁴, os préstimos de vizinhos, os velórios, não somos realmente dados a grandes aproximações permanentes. A nossa tendência é para a dispersão, tanto na vida econômica, como na cultural. Nesta última, preferimos sempre o autodidatismo ao estudo metódico em conjunto, universitário ou escolar. Querem todos que a sua personalidade se mantenha intacta e dominante, querem impô-la discricionariamente. Não estamos habituados ao debate, ao convívio, ao seminário. Ninguém quer dar-se por vencido, em favor do conjunto ou da coletividade. Vivemos de egoísmos e de isolamentos, cada um no seu mundo, fechado na sua torre de marfim. De tal modo que só agora vai tomando incremento o trabalho em equipe, para o qual sempre nos mostramos infensos e avessos, guardando para obra individual, com autor declarado e inequívoco, o melhor dos esforços e a mais brilhante contribuição.

Agora mesmo assistimos ao desagregamento dos grandes partidos nacionais, em troca de interesses pessoais e localistas. Onde a organização partidária, de caráter realmente nacional, com fundo unitário e coeso? Falta-nos a visão do conjunto, o sentimento do todo, e isso destrói a formação de entidades que transponham os horizontes e os limites acanhados dos interesses pessoais de cada um. O indivíduo ainda não se dissolve na associação, em prol de seu crescimento e

14 — E. da Cunha, *Os Sertões*, 20.^a ed., Rio de Janeiro, 1946, pág. 125. Refere-se Euclides aqui à busca do gado fugido, e escreve: "Solidários todos, auxiliam-se incondicionalmente em tôdas as conjunturas". E depois, pouco mais embaixo: "Esta solidariedade de esforços evidencia-se melhor na *vaquejada*, trabalho consistindo essencialmente no reunir, e discriminar depois, os gados de diferentes fazendas convizinhas, que por ali vivem em comum, de mistura, em um compásco único e enorme, sem cercas e sem valos".

Pois bem, esta solidariedade momentânea, sincera e brilhante, nunca nos faltou. Somos grandes emotivos sempre prontos a gestos de desprendimento e colaboração. Cedemos, somos levados para outros interesses, outras companhias, abandonando a tarefa coletiva, há pouco empreendida. Talvez que nisso haja maior gasto de sensibilidade e de sentimento, mas há menor quantidade de persistência e de vontade de continuar. As realizações solidárias entre nós facilmente se começam, mas poucas se prolongam duradouramente.

continuidade. Entre nós, os partidos continuam sendo as personalidades físicas e concretas que os compõem. Não se distingue a pessoa jurídica, a instituição, das pessoas naturais que a integram. Há mais de carismático do que propriamente de racional em sua constituição. Em vez de realismo grupal, simples nominalismo coletivo. De real só o nome, nada mais.

Tudo entre nós tem sido fugaz e superficial, nasce com muito calor e alarido, para morrer pouco adiante com não menores esquecimento e abandono. Esta, a constante do caráter do povo brasileiro, reconhecida pela quase totalidade de historiadores e sociólogos que o tem estudado.

Senão, vejamos.

7. O insolidarismo na doutrina nacional

Referindo-se a êsse nosso insolidarismo social, escreve Capistrano de Abreu: "Os mecânicos nunca formaram grêmios profissionais à maneira da Europa: eram para isso muito poucos, e se nas cidades podiam viver de um só ofício, em lugares de população menos densa precisavam de sete instrumentos para ganhar a subsistência. Mesmo nas cidades faziam-lhes concorrência os oficiais escravos.

A falta de grêmios notava-se nas outras classes. Continuavam as históricas pessoas morais, mas sua ação, já enfraquecida pela vastidão do território, acabara de definhar desde que o absolutismo nivelador desatendeu a seus privilégios. Se excetuarmos algumas irmandades e associações de beneficência, como as casas de misericórdia, sempre beneméritas e sempre vivazes, as manifestações coletivas eram sempre passageiras: mutirão, pescarias, vaquejadas, feiras, novenas. Entre o Estado e a família não se interpunham coordenadores de energia, formadores de tradição, e não havia progressos definitivos. Um indivíduo podia tentar uma empresa e levá-la a bom êxito; com a sua ausência ou com

a sua morte perdia-se todo o trabalho, até vir outro continuá-lo passados anos, para afinal colhêr o mesmo resultado efêmero. Vida social não existia, porque não havia sociedade”¹⁵.

Estas últimas palavras de Capistrano lembram até as que registrou Saint-Hilaire a respeito do Brasil em meados do século XIX: “Dans ce pays, la société n'existe point, et, à peine, y pourrait-on découvrir quelques elements de sociabilité”.

Em capítulo especial que dedicou ao assunto, assim se exprime Oliveira Viana: “São escassíssimas as instituições de solidariedade social em nosso povo. Em regra, aqui, o homem vive isolado dentro dos latifúndios ou do círculo familiar. O âmbito da sua solidariedade é restritíssimo”... “As formas de solidariedade voluntária, de cooperação espontânea e livre, só aparecem entre nós sob a ação empolgante dos grandes entusiasmos coletivos: a frio, com a automaticidade instintiva dos anglo-saxões, não as criamos, nem as sustentamos nunca. Partidos políticos ou ligas humanitárias, sociedades de fins morais ou clubes recreativos, tôdas essas várias formas de solidariedade têm entre nós uma vida artificial e uma duração efêmera”¹⁶.

Já no século passado, no seu célebre *Discurso em Mangas de Camisa*, fixava Tobias Barreto êste quadro de dispersão e insolidarismo nacional: “O que mais salta aos olhos, o que mais fere as vistas do observador, o fenômeno mais

15 — Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial*, 3.ª ed., Rio de Janeiro, 1934, págs. 239/240.

16 — Oliveira Viana, *Populações*, cit., págs. 187/188. E continua o autor, de forma pessimista: “Organizadas, dissolvem-se logo, ou pela desarmonia interior, ou pelo esquecimento rápido dos fins visados. Outras vêzes, ficam apenas em simples tentativas abortícias, que, logo lançadas, logo se dispersam e somem, de manso e em silêncio — o que prova a sua falta de base na psicologia normal do povo. Normalmente, o círculo da nossa simpatia ativa não vai, com efeito, além da solidariedade de clã. E' a única forma de solidariedade social que realmente sentimos, é a única que realmente praticamos”.

saliente da vida municipal, que bem se pode chamar o *exponente* da vida geral do país, é a falta de coesão social, o desagregamento dos indivíduos, alguma coisa que os reduz ao estado de isolamento absoluto, de átomos inorgânicos, quase podia dizer, de poeira impalpável e estéril. Entre nós, o que há de organizado, é o Estado, não é a Nação; é o governo, é a administração, por seus altos funcionários na Côrte, por seus sub-rogados nas províncias, por seus íntimos caudatários nos municípios; — não é o povo, o qual permanece *amorfo* e dissolvido, sem outro liame entre si, a não ser a comunhão da língua, dos maus costumes e do servilismo”¹⁷.

Em outra oportunidade, de forma brutal: “No Brasil, povo significa uma multidão de homens, como *porcada* significa uma multidão de porcos”. E, na mesma época anotava Louis Couty: “O Brasil não tem povo”¹⁸.

E outros grandes estudiosos das coisas brasileiras notaram o mesmo fato, encarando-o por ângulos diversos. Uns procurando explicá-lo, enquanto outros se limitavam a fixá-lo. Entre os primeiros encontra-se Sérgio Buarque de Holanda, que escreve: “A frouxidão da estrutura social, à falta de hierarquia organizada devem-se alguns dos episódios mais singulares da história das nações hispânicas, incluindo-se Portugal e o Brasil. Os elementos anárquicos sempre frutificaram aqui facilmente, com a cumplicidade ou a indolência displicente das instituições e costumes. As iniciativas, mesmo quando se quiseram construtivas, foram continuamente no sentido de separar os homens, nunca de os unir. Os decretos dos governos nasceram em primeiro lugar da necessidade de se conterem e de refrearem as paixões e as opiniões dos homens, só raramente da pretensão de se as-

17 — T. Barreto, *Um discurso em mangas de camisa*, in *Obras completas* — vol IV — *Discursos* — Ed. do Estado de Sergipe, 1926, págs. 97/114. Apareceu o discurso, em forma definitiva, na edição publicada em Escada no ano de 1879.

18 — L. Couty, *L'esclavage au Brésil*, Paris, 1881, pág. 87.

sociarem as suas fôrças. A falta de coesão em nossa vida social não representa, assim, um fenômeno moderno”¹⁹.

Também Gilberto Freire anota o fato e procura explicá-lo, com estas palavras: “O patriarcalismo mesmo, criando economias autônomas, ou quase autônomas, aguçando o individualismo dos proprietários e o privatismo das famílias, enfraqueceu na gente das casas-grandes o desejo de solidariedade — ainda hoje tão fraco no brasileiro, quase que sensível apenas no parentesco próximo e à identidade da religião. Tanto que foi no escravo negro que primeiro desabrochou no Brasil o sentido de solidariedade mais largo que o de família, a capacidade de associação sôbre base fracamente cooperativista. Para não falar na forma socialista de vida e de trabalho que tomou a organização dos negros concentrados nos mucambos de Palmares”²⁰.

Citando Capistrano de Abreu e o padre Simão de Vasconcelos, abre Pedro Calmon um parágrafo especial sob o título de *O Individualismo* que dominou a vida brasileira nos tempos coloniais: “Mais gregário que o sertanejo, o agricultor da mata não passara da fase familiar da sua evolução preguiçosa. Os proprietários uniam-se para determinadas cerimônias, que lhes exigiam um entendimento vago. Principalmente se uniam pela teia dos casamentos

19 — S. Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, 1936, pág. 6.

As págs. 113/114, volta o autor ao mesmo assunto: “Essa aptidão para o social está longe de constituir um fator apreciável de ordem coletiva. Por isso mesmo que relutamos em aceitar um princípio super-individual de organização e que o próprio culto religioso se torna entre nós excessivamente humano e terreno, toda a nossa conduta ordinária denuncia um apêgo singular aos valores da personalidade, configurada pelo recinto doméstico. Cada indivíduo se afirma ante os seus semelhantes, indiferente à lei da comunidade e atento apenas ao que o distingue dos demais, do resto do mundo. Assim, só raramente nos aplicamos de corpo e alma a um objeto exterior a nós mesmos”... “No trabalho, não buscamos senão a própria satisfação, ele tem o seu fim em nós mesmos e não na obra, um *finis operantis* e não um *finis operis*. As atividades profissionais são, aqui, meros acidentes na vida dos indivíduos, ao oposto do que sucede entre outros povos, onde as próprias palavras que designam semelhantes atividades adquirem um acento quase religioso”.

20 — G. Freire, *Sobrados e mucambos*, São Paulo, 1936, págs. 71/72.

que fixavam a sua pequena aristocracia. Mas não havia entre eles um interesse econômico, ou um senso de cooperação, que realmente os aliciasse e articulasse, numa força organizada”²¹.

E poderíamos ainda rebuscar outros autores, para citá-los a favor da nossa tese, como Alberto Tôres, por exemplo, cuja obra foi um permanente chamado contra a inorganização nacional, contra a falta de instituições organizadas entre nós, mas o que importa fixar aí está²².

8. Exemplos do insolidarismo na Vida Nacional — As aspirações do povo brasileiro

Conhecedores que somos desse traço cultural da nossa formação histórica, devemos, nós os brasileiros, orientar toda a nossa vida no sentido de maior incremento das instituições de solidariedade social em nosso meio. Favorecer tudo que una, que aproxime, que integre, que mantenha a associação; combatendo os critérios que permitam a desunião, a desagregação, o fracionamento. Na esfera econômica, na organização das profissões, no campo político, cada um cuida de si, trata de seus interesses particulares, sem maiores ligações com a estrutura coletiva básica.

21 — P. Calmon, *Espírito*, cit., pág. 96.

22 — Entre outras passagens, das inúmeras que escreveu Alberto Tôres contra a nossa desorganização, podemos lembrar esta, de ironia pelo sentimentalismo brasileiro, momentâneo e vazio — *O problema nacional brasileiro*, 3.ª ed., São Paulo, 1938, págs. 105/106: “Sob os vagos nomes, dados, declamatoriamente, às nossas afeições sociais, como o de “fraternidade humana”, “patriotismo universal”, “pátria ideal”, “família humana, ou brasileira” — metáforas que são quase delírios de linguagem — pomos, de costume, a “simpatia”, o impulso de “mútuo auxílio”, a “benevolência”, a nobre e pura “caridade” dos católicos, o “altruismo”, eloqüente nome da síntese da virtude de Augusto Comte: “viver para outrem”, o espírito da “humanidade”, que nos unem, enfim, ao nosso semelhante — chinês ou Kafir, da Terra Nova ou patagão — acima da “amizade” que nos prende ao companheiro e consócio na vida e no trabalho, e de todos os sentimentos reais, domésticos, pátrios e sociais, que nos liguem ao irmão no sangue, ao compatriota descendente dos mesmos avós, vizinho no solo e confrade na língua, deixando-nos inebriar por estímulos nus de senso e vazios de naturalidade”.

Assim, constitui aspiração do povo brasileiro, neste momento da sua história, a instituição de autênticas e duráveis agências de solidariedade social, de integração social, sob todos os pontos de vista, sob tôdas as manifestações da sua estrutura social. Tanto na vida econômica, quanto na educacional, passando pela política e pela profissional, há de positivo êste sentimento de integrar, como um valor mais alto e conscientemente elaborado.

8-A — Na educação

Verdadeiro lugar comum, êste traço cultural brasileiro é repetido de forma empírica e folclórica por tôda gente. Há uma perfeita tomada de consciência. Com reflexos na educação, desde a escola primária até a superior, ressentese o Brasil dessa ausência de espírito de corporação, de sentimento de unidade, de forma de sociabilidade, de alguém que se sente integrado num todo maior, que o antecede, envolve e lhe é superior. Não é de hoje a grita por uma verdadeira universidade na qual professores e alunos se reconheçam como integrantes comuns do mesmo ideal e dos mesmos propósitos, com autêntico espírito de estudo e de trabalho, dissolvendo-se ambos num todo maior, amplo, que os alimenta e inspira. Ainda é raro entre nós êste ânimo de equipe, de trabalho grupal.

Está na ordem do dia a reforma universitária, com o intuito de colocar a universidade no centro mesmo da vida nacional, articulada com tôdas as camadas da população, democratizada, arregimentando os seus líderes, estudantes e mestres, onde êles possam ser realmente encontrados. O ensino deixa de ser meramente livresco e erudito, para tornar-se mais flexível e experimental, com maior riqueza de currículos e caminhos culturais. A pesquisa, o aperfeiçoamento, a extensão universitária, a atualização dos conhecimentos ganham foros de real e efetiva aceitação por todos,

como o melhor caminho para se dar vida à universidade, como órgão de integração nacional e não de isolamento ou de separação das classes sociais, num processo às avessas de seleção social²³.

8-B — Na vida profissional — Impôsto Sindical

Na vida profissional e econômica uma das aspirações nacionais reside na chamada liberdade sindical. Verdadeiro feixe de liberdades, manifesta-se principalmente sob a forma de autonomia sindical, isto é, o direito da entidade sindical autodeterminar-se, fora do contrôle do Estado e dos demais grupos que lhe sejam estranhos. Como falar-se em liberdade e autonomia sindical entre nós com a existência do malsinado impôsto sindical, diretamente importado da Itália fascista de 1940, quando vivíamos a experiência antidemocrática do Estado Nôvo? O Brasil é o único país do mundo que adota o impôsto sindical, obrigatoriamente pago por todos que exercem atividade privada remunerada, a favor de entidades sindicais de qualquer grau: sindicato, federação e confederação. Por nos encontrarmos ainda nesta fase antidemocrática da organização sindical, não pôde o govêrno

23 — Sobre a educação e o desenvolvimento nacional, no que há, às vêzes, muito exagero no papel todo-poderoso da primeira, sem a prévia análise das condições estruturais da sociedade brasileira: J. Roberto Moreira, *Educação e desenvolvimento no Brasil*, Rio de Janeiro, 1960; A. Teixeira, *A educação e a crise brasileira*, Rio de Janeiro, 1956; A. Teixeira, *Educação não é privilégio*, Rio de Janeiro, 1957; G. Bastos Silva, *Educação e desenvolvimento nacional*, Rio de Janeiro, 1957; A. Teixeira, *Educação e desenvolvimento*, in *Educação e Ciências Sociais*, janeiro/abril 1961, págs. 9/32; Valmir Chagas, *A reforma universitária e a Faculdade de Filosofia*, in *Ed. e C. Soc.*, maio/agosto 1961, págs. 43/95; A. Vieira Pinto, *A questão da Universidade*, Rio de Janeiro, 1962; San Tiago Dantas, *A educação jurídica e a crise brasileira*, Rio de Janeiro, 1955; R. Moniz de Aragão, *A Universidade e o momento brasileiro*, Rio de Janeiro, 1959. D. Ribeiro, *Universidade de Brasília*, Rio de Janeiro, 1960; Evaristo de Moraes Filho, *A transformação do direito e a renovação do ensino jurídico*, Rio de Janeiro, 1959; Instituto de Ciências Sociais, da UB, *Fins e atividades*. Rio de Janeiro, 1960.

Também, da maior importância para o conhecimento das posições dos estudantes e dos seus congressos periódicos, a coleção do seu jornal *O Metropolitano*.

brasileiro solicitar do Congresso a ratificação da convenção internacional n.º 87, de 1948, concernente à liberdade sindical e à proteção do direito sindical, de cuja elaboração participou quando da 31.ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho, reunida em São Francisco da Califórnia naquele ano.

Determinam os seus artigos 2º e 3º: “Les travailleurs et les employeurs, sans distinction d’aucune sorte, ont le droit, sans autorisation préalable, de constituer des organisations de leur choix, ainsi que celui de s’affilier à ces organisations, à la seule condition de se conformer aux statuts de ces dernières”. — “Les organisations de travailleurs et d’employeurs ont le droit d’élaborer leurs statuts et règlements administratifs, d’élire librement leurs représentants, d’organiser leur gestion et leur activité, et de formuler leur programme d’action. Les autorités publiques doivent s’abstenir de toute intervention de nature à limiter ce droit ou à en entraver l’exercice légal”.

O impôsto sindical, entre nós, é fixado pela autoridade pública, através de lei federal, no seu montante, na época de sua cobrança e na sua destinação. Como falar-se então em poder tributário do sindicato, como fazia a doutrina italiana do tempo de Mussolini e o fazem ainda os seus adeptos brasileiros? Quem dá dinheiro tem o direito de fiscalizar o seu emprêgo, daí a licitude da legislação brasileira do trabalho ao exigir dos sindicatos a apresentação de propostas orçamentárias prévias e de balanços financeiros anuais ao Ministério do Trabalho. O impôsto sindical é o maior obstáculo contra a autonomia sindical, vínculo de sujeição do sindicato ao Estado, além de caldo de cultura para a criação e sustento do chamado *pelego*, falso líder, comensal dos corredores do Ministério e cliente dos partidos políticos dominantes.

Dizem os seus adeptos que a extinção do impôsto sindical significará a morte do sindicalismo no Brasil. É a mesma confissão que fazem os viciados de drogas, que temem

a morte quando privados dos seus entorpecentes. Outro não é o papel do impôsto sindical: muleta, tenda de oxigênio, óleo canforado, mas sempre instrumento artificial para uma falsa vida. O líder verdadeiramente democrático vive do seu prestígio alcançado na classe, através de serviços prestados, de vitórias obtidas, de sacrifícios dados em favor da coletividade. A sua manutenção é, por assim dizer, um plebiscito de todos os dias, o que o mantém alerta e atento aos interesses da categoria, esquecido muitas vezes de si mesmo, do seu conforto e do seu bem-estar. Nenhum agulhão mais ativo e presente do que o crescimento do patrimônio sindical, dos seus serviços sociais, do prestígio da classe e do seu alevantamento na estratificação social. O impôsto sindical nivela por baixo, tornando medíocre e indiferenciado o esforço dos verdadeiros líderes, por isso que o sustento e a manutenção das entidades ficam previamente garantidos, sem risco de espécie alguma. E já nas suas conversações com Eckermann dizia o genial Goethe que só a necessidade agulhoa o espírito...²⁴.

8-C — Partidos políticos — Eleições

No cenário político está na ordem do dia a necessidade da diminuição dos chamados partidos nacionais, reduzindo-os a três ou quatro verdadeiramente representativos, com conteúdo próprio ideológico e capacidade de autodeterminação. Os que aí estão nada representam, fragmentados num sem-número de interesses locais, de alianças municipais, perdidos em paróquias e distritos, sem força nacional. Desaparece a legenda partidária com os acôrdos e alianças de toda espécie, e com ela a representação proporcional dos partidos. Como falar-se, então, em voto partidário? Os eleitos abandonam seus partidos, trocam de legenda sem perda

24 — Para maiores debates, Evaristo de Moraes Filho, *O problema do sindicato único no Brasil*, Rio de Janeiro, 1952, págs. 182 e segs.

de mandato, prejudicando e falseando mais uma vez a proporcionalidade de representação.

Assim como na ordem educacional e na profissional, está também a organização política nacional a necessitar de um autêntico processo de integração, de aglutinação e de representatividade ideológica. Esta não poderá ser realidade, na vida política brasileira, enquanto predominarem os atuais partidos políticos inorgânicos, sem programas autênticos nem meios — humanos e financeiros — de fazê-los realizar.

Ademais, com o aperfeiçoamento da técnica moderna de propaganda e publicidade, somente os detentores do poder econômico ou os seus aliados podem dispor de receita para as suas campanhas eleitorais. Daí, essa fusão estranha e esdrúxula do populismo urbano com o conservadorismo rural. Durante anos assistimos ao acôrdo em quase tôdas as regiões brasileiras entre os populistas do PTB com os senhores latifundiários do PSD. Acôrdo êsse responsável pelo abandono dos problemas básicos nacionais, cuja solução real e efetiva não interessava nem a um, nem a outro grupo político. Populismo e coronelismo, próprios desta nossa sociedade dual, dela têm sabido viver à tripa-fôrra... Até quando?

Em suma: sem reforma eleitoral, que distribua ou limite o acesso às fontes de informação e de propaganda; sem a adoção da cédula única, que iguale todos os candidatos quanto à aquisição de cédulas e impeça a fraude no momento da escolha; — permanecerá inautêntico e espúrio o processo eleitoral brasileiro, principalmente nas pequenas cidades e no interior ²⁵.

25 — Para os partidos e os costumes políticos entre nós: A. A. de Melo Franco, *História e teoria do partido político no Direto Constitucional Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1948; V. Nunes Leal, *O município e o regime representativo no Brasil. Contribuição ao estudo do coronelismo*. Rio de Janeiro, 1948; Orlando M. Carvalho, *Ensaio de Sociologia Eleitoral*, Belo Horizonte, 1958.

8-D — Na vida econômica — Necessidade de integração nacional

Na ordem econômica anda-se por igual ainda muito longe de uma verdadeira integração, quer das diferentes regiões do País, quer dentro das próprias empresas nos centros mais desenvolvidos e industrializados. Corre-se o risco de uma separação estanque entre dois Brasis, um nôvo, desenvolvido, e outro arcaico, subdesenvolvido, criando-se entre ambos uma distância cultural invencível. É natural que os capitais se instalem nas zonas de maior rentabilidade econômica, com energia mais abundante, melhores meios de transporte, mão-de-obra mais qualificada. Por outro lado, emigram e deslocam-se os trabalhadores, do campo e dos centros urbanos menos desenvolvidos para essas mesmas zonas de maior rentabilidade, capazes de lhes oferecerem salários mais altos. E tudo isso vai tornando cada vez mais aguda a diferenciação dualista da sociedade brasileira, criando uma marginalidade de grande parte da população nacional, que mal participa dos bens da vida, que pouco produz, quase nada consome e, por isso mesmo, com uma renda *per capita* verdadeiramente irrisória.

Integração das diversas regiões econômicas nacionais, com participação de tôdas elas no desenvolvimento do País, com distribuição da população por todo o território nacional, acabando com as ilhas e os arquipélagos que ainda representam, tal é uma das mais fortes e atuantes aspirações do povo brasileiro na presente conjuntura ²⁶.

9. Reforma agrária

E assim passamos normalmente a outro tema que se mantém na ordem do dia desde há algum tempo: o da re-

26 — J. Lambert, *op. cit.*, *passim*. Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, 1959, págs. 205 e segs.; Celso Furtado, *A Operação Nordeste*, Rio de Janeiro, 1959; Inácio Rangel, *Dualidade básica da economia brasileira*, Rio de Janeiro, 1957.

forma agrária. Excetuando certas zonas rurais, mormente do sul do País, vive-se por êste interior do Brasil num estado econômico-social de pária oriental, sem as condições mínimas indispensáveis de alimentação, de vestuário, de habitação, de higiene e de transporte, para não falar de recreação e de educação. Num regime, ainda em grande parte dominante, de enfiteuse, no qual se distingue, segundo a nossa lei civil, o *domínio eminente* de nua propriedade, do *domínio útil* de quem trabalha efetivamente a terra, não há como admitir-se uma real e duradoura fixação do homem à terra. O colono, o parceiro, o trabalhador rural não se sentem presos à gleba, que não lhes pertence, que não lhes toca fundamentalmente o coração. Trabalham a terra alheia, que não lhes pertence e não lhes pertencerá jamais, quase sempre ao abandono, sem assistência, sem amparo e sem os meios técnicos indispensáveis.

A reforma agrária significa a extinção do latifúndio improdutivo e economicamente inútil, a sua fragmentação em unidades menores e que apresentem possibilidades de uma exploração socialmente mais útil, permitindo o acesso da propriedade da terra a camadas cada vez mais extensas das populações rurais. A reforma agrária, convém frisar, não deve ser confundida com uma simples lei agrária. Embora o primeiro conceito se contenha no segundo, a recíproca não é verdadeira. A simples regulação da propriedade e da posse da terra nos campos, a extensão de alguns benefícios da legislação do trabalho ao trabalhador rural, o trato de certas operações econômicas da agricultura e da pecuária, nada disso significa reforma agrária se não houver uma alteração das formas atualmente existentes, com modificação do quadro vigente em favor do maior número, daqueles que efetivamente lavram a terra, amanhã o gado em favor de terceiros, ou se encontram distanciados da posse e uso da terra, à margem da vida econômica, assistindo ao desperdício de imensos latifúndios inúteis e improdutivos. Tornar a terra socialmente útil, produzindo para tôda a

coletividade nacional, aumentando a produtividade agrícola, dando trabalho e sustento a numerosas famílias, fixando-as à terra, impedindo o êxodo rural, através de assistência técnica e educacional, elevando o nível das populações rurais, tais são os objetivos mínimos da reforma agrária.

Para os fins desta conferência, podemos aceitar o conceito de reforma agrária formulado pelo Prof. Nestor Duarte, Deputado Federal baiano: “Reforma agrária é a revisão, por diversos processos de execução, das relações jurídicas e econômicas dos que detêm e trabalham a propriedade rural, com o objetivo de modificar determinada situação atual do domínio e posse da terra e a distribuição da renda agrícola”²⁷.

A funcionalidade dêste conceito está em que pode ser adotado em qualquer regime político e econômico, como acontece com o regime capitalista brasileiro, sem necessidade de alteração ou revolução na sua estrutura econômica. O regime continua sendo o da propriedade privada, mas com o seu uso dentro de estritos e rigorosos postulados sociais, de interesse público. Não se fere a Constituição, antes se lhe dá perfeita aplicação e cabal execução. Haja vista, só para argumentar, a transcrição dos seguintes dispositivos do Diploma de 1946 e que de perto dizem com o assunto que vimos tratando:

“Art. 141 — § 16 — É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro.

Art. 145 — A ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano.

²⁷ — N. Duarte, *Reforma agrária*, Rio de Janeiro, 1953, pág. 50.

Art. 146 — A União poderá, mediante lei especial, intervir no domínio econômico e monopolizar determinada indústria ou atividade. A intervenção terá por base o interesse público e por limite os direitos fundamentais assegurados nesta Constituição.

Art. 147 — O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos.

Art. 156 — A lei facilitará a fixação do homem no campo, estabelecendo planos de colonização e de aproveitamento das terras públicas. Para êsse fim serão preferidos os nacionais e, dentre êles, os habitantes das zonas empobrecidas e os desempregados.

§ 1.º — Os Estados assegurarão aos posseiros de terras devolutas, que nelas tenham morada habitual, preferência para aquisição de até vinte e cinco hectares.

§ 3º — Todo aquêlê que, não sendo proprietário rural nem urbano, ocupar, por dez anos ininterruptos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, trecho de terra não superior a vinte e cinco hectares, tornando-o produtivo por seu trabalho e tendo nêlê sua morada, adquirir-lhe-á a propriedade, mediante sentença declaratória devidamente transcrita.

Art. 157 — A legislação do trabalho e a da previdência social obedecerão aos seguintes preceitos, além de outros que visem à melhoria da condição dos trabalhadores:

XII — estabilidade, na empresa ou na exploração rural e indenização ao trabalhador despedido, nos casos e nas condições que a lei estatuir.

Art. 168

III — as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalham mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos dêstes”.

Diante desta riqueza do texto constitucional, não há como fugir à evidência que nêlê se encontram os fundamentos da reforma agrária, hoje em dia verdadeiro lugar comum na consciência nacional. Sòmente alguns focos de resistência ainda se opõem à divisão da terra pelos parceiros, arrendatários, assalariados rurais, meeiros e colonos, tornando-a mais útil e produtiva, ao mesmo tempo que aumentando a produtividade agrícola.

O pequeno proprietário rural e o latifúndio produtivo nada têm a temer da aplicação real e efetiva de uma reforma agrária. Esta só atinge o latifúndio improdutivo, aquêlê que Plínio já dizia que havia de perder o Império Romano, e efetivamente o levou à derrocada final. Segundo o Recenseamento de 1950, sobe a 3.200.000 o número de proprietários rurais entre nós. Levando-se em conta que constitui uma propriedade média até 500 hectares — e isto abrange cêrca de 90 % das propriedades rurais —, única-mente 10 % incluirão entre as grandes propriedades, isto é, cêrca de 320.000. E dêstes só seriam desapropriados os latifúndios improdutivos ou especuladores. Assim, nada têm a temer os pequenos proprietários nem os latifúndios socialmente úteis e produtivos.

De maneira qualitativa, podemos conceituar a grande propriedade, nas sensatas palavras de Nestor Duarte como “a ocupação da terra pelo proprietário que concorre para impedir a capacidade de apropriação da população camponesa e excede os limites de fertilidade, de técnica de produção e de gênero de cultura ou exploração para garantir a produtividade compensadora de uma unidade social como a família rural”.

A reforma agrária significa, por outro lado, a melhor assistência técnica e social ao trabalhador do campo. Faz-se mais fácil o acesso ao meio rural dos modernos instrumentos de trabalho, permitindo à pequena gleba melhor aproveitamento no amanho da terra, na sementeira e na colheita. Dá-se maior e mais profunda diferenciação quali-

tativa na produção agrícola através de unidades mais diretamente exploráveis, com menor capital e menos desperdício do trabalho.

Além dessa assistência técnica — que vai desde o instrumental de trabalho até à educação —, some-se a extensão efetiva de alguns benefícios trabalhistas ao campo, através do que se poderia chamar o Estatuto do Trabalhador Rural, incluindo-se aí, como é óbvio, a sindicalização rural, num caráter misto de sindicato profissional e econômico ao mesmo tempo (de cooperativa, crédito agrícola, etc.). Só assim poderá redimir-se o trabalhador rural brasileiro, ingressando no processo econômico nacional, como produtor de boa qualidade e consumidor ponderável do seu mercado interno.

Repetimos: de nada adianta fomentar tanto a industrialização urbana brasileira sem a concomitante reforma dos campos do Brasil. Representam ambos um processo iterativo, de concausa circular, que, como numa bola de neve, vai num crescendo cumulativo e progressivo. Reforma agrária significa maior quantidade e melhor qualidade de matéria-prima e de produtos agrícolas para a indústria, ao mesmo tempo que maior circulação dos produtos manufaturados e industriais no meio rural, com aumento do poder aquisitivo das populações do campo. Só com a reforma agrária se dará a integração do mercado interno nacional, tirando um quarto da população brasileira da marginalidade econômica e cultural em que vem vivendo até agora.

A par da crescente urbanização, demonstram os últimos dados estatísticos, tomando por base a consulta a doze Estados, que a população rural brasileira vem caindo nestes derradeiros dez anos num percentual que varia de 5,1 a 12,5 por cento. No Ceará, se em 1950 representava 74,8 por cento, passou a representar 66,3 da totalidade da população. No Estado do Rio passou de 52,5 a 39 por cento. Eis os restantes dos Estados consultados: Amazonas, 6,5; Pará, 6,1; Piauí, 7,3; Rio Grande do Norte, 11,6; Alagoas, 7,5;

Sergipe, 7,1; Bahia, 8,9; Espírito Santo, 7,6; Santa Catarina, 9,1 e Rio Grande do Sul, 10,8²⁸.

10. Reforma agrária e industrialização

Não se pode negar que esta é a tendência evolutiva de todos os povos. Com a crescente urbanização, vai diminuindo a área propriamente rural. As atividades primárias vão cedendo em favor das atividades secundárias (indústria extrativa mineral e indústria de transformação) e terciárias (comércio, transportes, Governo, profissões liberais e atividades sociais, serviços domésticos remunerados e prestações de outros serviços).

Contudo, em nosso País, não se pode negar a presença de um forte êxodo rural, com o abandono dos campos em busca de melhor remuneração nos centros urbanos. As cidades do Nordeste recebem grande contingente de população rural, que, sem encontrar de pronto colocação, deixa-se ficar pelas ruas da cidade, numa demonstração eloqüente de miséria e desamparo. Sem capacidade para absorver toda essa massa humana, revela-se, quase que a olhos vistos, o subemprego no Nordeste: trabalho racionado, com menos horas de serviço e com menor salário, para a sua mão-de-obra ur-

28 — Verdadeiro lugar comum da atual conjuntura brasileira, é praticamente inumerável a bibliografia sobre reforma agrária, contudo: T. P. Acioly Borges, *Bibliografia sobre reforma agrária*, edição do Instituto de Ciências Sociais, da UB, Rio de Janeiro, 1962; Coutinho Cavalcanti, *Um projeto de reforma agrária*, Rio de Janeiro, 1959; Bernardino C. Horne, *Reformas agrárias em America e Europa*, Buenos Aires, 1938; J. Mendieta y Nuñez, *La reforma agraria de la America Latina en Washington*, México, 1960; Aguinaldo Costa, *Apontamentos para uma reforma agrária*, São Paulo, 1945; Rubens do Amaral, *Os cristãos e o problema da terra*, São Paulo, 1957; Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, *Estrutura de Reforma Agrária, Bibliografia*, Rio de Janeiro, 1962; Lourenço M. Prunes, *Reforma Agrária Integral*, P. Alegre, 1962; Caio Prado Junior, *Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil*, in *Rev. Brasileira*, março/abril 1960; F. Henrique Cardoso, *Tensões sociais no campo e reforma agrária*; Octávio Iani, *A constituição do proletariado agrícola no Brasil*, ambos in *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, outubro 1961.

vana. Dali — diretamente dos campos ou das cidades — passa-se a massa humana para os centros industriais do Rio e de São Paulo, notadamente dêste, onde chega sem qualificação e se emprega pelo menor salário possível (mínimo legal) ²⁹.

Não tenhamos ilusão. Já se foi o tempo das grandes correntes imigratórias estrangeiras para o Estado de São Paulo. Atualmente a sua mão-de-obra industrial é recrutada do seu próprio interior ou dos centros urbanos e rurais do Nordeste. A indústria paulista é mantida pelo braço do próprio brasileiro de outras regiões mais pobres. Tornando-se contínua, do Norte para o Sul, não se prende a migração dos nordestinos aos fenômenos da seca periódica. A causa é econômica e permanece sempre a mesma: a ausência ou insuficiência de renda para a manutenção da família. Os meios de subsistência não bastam para a população que trabalha a terra ou vegeta nas cidades. Mas — o que é pior — os migrantes são, em geral, jovens de 16 a 22 anos, que procuram melhorar de vida fora das paragens que os viram nascer. Este desequilíbrio de regiões brasileiras, de tão comentado e apontado, já se tornou um truísmo, autêntico lugar comum. Constitui, talvez, a maior aspiração do povo brasileiro resolver êste problema, com a fixação do homem à terra, onde encontre meios de subsistência bastante, com espírito de permanecer e de prosperar, trabalhando o que é seu, não sendo explorado por uma economia desumana e retrógrada. E é na reforma agrária que se encontra o caminho redentor. Sômente uma minoria ínfima da opinião pública se coloca contra ela, minoria esta constituída de latifundiários e de alguns políticos a êles unidos pelos mesmos interesses.

29 — Veja-se o estudo de Juarez R. Brandão Lopes na pesquisa *Mobilidade e trabalho. Um Estudo na cidade de São Paulo*, Rio de Janeiro, 1960, págs. 360 e segs., sob a direção de Bertram Hutchinson.

Só com a reforma agrária se poderá firmar e continuar o atual esforço de desenvolvimento nacional, que terá de ser harmônico entre campo e cidade. Tal assertiva já constitui um legítimo lugar comum, encontrado em todos os teóricos do desenvolvimento econômico, de tôdas as épocas. Para não irmos longe, basta recordar que Rui Barbosa já dizia e pregava êste truísmo no recuado ano de 1882, quando do seu célebre parecer sôbre a reforma do ensino, ao escrever: “Se o Brasil é um país especialmente agrícola, por isso mesmo cumpre que seja um país ativamente industrial”.

E, em outra passagem, do parecer sôbre a reforma do ensino primário: “Convém prosperar a agricultura; mas importa não menos emancipá-la dessa situação tributária forçada à indústria estrangeira. Nenhum produto agrícola entra no consumo público, sem certa preparação industrial; e a maior parte dêles, para serem aproveitáveis aos usos sociais, dependem de mais ou menos complicados processos fabris”.

Ainda outro passo: “Urge criar a indústria nacional... A proteção que consiste em cerrar ou dificultar o acesso do nosso mercado aos produtos estrangeiros, mediante tarifas diferenciais e direitos mais ou menos proibitivos, é estéril e odiosa. Tôda a sua influência reduz-se a constrianger o consumidor, pela agravação arbitrária do preço dos artigos adventícios, ao uso de produtos inferiores, como fatalmente hão de ser os do país, enquanto a indústria brasileira não puder emular em habilidade com a das nações adiantadas”.

Refletindo o surgimento da burguesia urbana no País, mas cujo crescimento se tornaria notável sômente depois da Abolição em 1888, Rui já era bem uma consciência dêsse desenvolvimento industrial, fazendo-se nisso, como em muitos outros assuntos, um contemporâneo nosso.

Se Rui se ombreia conosco na construção dessa consciência para o desenvolvimento, também não anda distante

de nós na necessidade da reforma agrária. Em 29 de abril de 1888, quatorze dias antes da Lei Áurea, proclamava: "Pueril engano dos que vêem no abolicionismo o termo de uma aspiração satisfeita... Cegos os que supõem na abolição a derradeira página de um livro encerrado, uma fórmula negativa, a supressão de um mal vencido, o epitáfio de uma iniquidade secular... Abolicionismo é reforma sobre reforma". E, entre as mudanças necessárias que deveriam seguir a Abolição, lá se encontra: "a desenfusão da propriedade agrícola".

Com áreas desenvolvidas e com áreas subdesenvolvidas, apresenta-se o Brasil como um exemplo típico de sociedade dual, com estruturas inteiramente diversas. Se não houver uma política de planejamento plenamente consciente no sentido de integração dessas áreas, a tendência se fará para um distanciamento econômico-social cada vez mais amplo. A brecha tende a crescer, parecendo já, não um simples afastamento geográfico, e sim um contraste cultural, histórico e tecnológico, como dois mundos estranhos que não conseguem se comunicar nem entender.

11. Ideologia do desenvolvimento nacional — Suas raízes no século XIX

Contudo, como já mostramos com a opinião de Rui de 1882, não é de hoje esta tomada de posição em favor da industrialização e do desenvolvimento nacional. Mesmo antes de Rui, imprimindo ao País uma mentalidade de planificação estatal a favor da industrialização, deve ser lembrado o Visconde de Mauá. Opunha-se êle ao espírito e à pregação liberal à *outrance* de Tavares Bastos, que hoje nos parece até de acentuado sabor romântico. Embora quase sempre com auxílio do Estado, Mauá levou a cabo inúmeras realizações de índole industrial, cuja enumeração se encontra na sua *Autobiografia*, e que bem demonstravam a

sua nítida compreensão das dificuldades que se criariam entre nós com a manutenção na exploração dos escravos e com a economia rural desaparelhada e voltada para as grandes culturas extensivas³⁰.

Esta ideologia de desenvolvimento e industrialização é retomada pela República depois de 1889, da qual Murinho é o exemplo maior. Como que havia uma pressa em refazer o tempo perdido, dominando por toda parte, com raras vozes discordantes, a plena consciência do subdesenvolvimento nacional, em que o Brasil podia legitimamente ser chamado de um país essencialmente agrícola. E agrícola latifundiário, escravocrata, monocultor. A mesma febre de desenvolvimento, que ora se observa como verdadeira mística ideológica nacional, já era notada nas primeiras décadas deste século entre nós, mesmo por viajantes estrangeiros. É bem significativo este trecho do Padre L. A. Gaffre, que aqui esteve fazendo conferências nos primeiros meses de 1911: "En possession de sa liberté civile, consciente des richesses incalculables de son sol, surexcitée par l'exemple d'une puissante voisine et par un tempérament qui de lui-même marche rapidement dans la voie du progrès, la nation a mis une hâte vraiment fébrile à développer son agriculture, son industrie et son commerce".

Depois de falar da política de *nationalisation* seguida pela jovem República brasileira, acrescenta: "Il y a à cela

30 — Cf. Visconde de Mauá, *Autobiografia*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, 1943, com Introdução de Cláudio Ganns; Alberto de Faria, *Mauá*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, 1943, com Introdução de Cláudio Ganns; Alberto de Faria, *Mauá*, 2.^a ed., São Paulo, 1933, págs. 100 e segs.

Assim termina E. de Castro Rebelo o seu livro polémico sobre *Mauá*, Rio de Janeiro, 1932, págs. 201/202: "Criado nos moldes, em que a burguesia ainda formava os exemplares mais representativos de sua força e de suas tendências, feito da argila que ela costuma animar de qualidades e defeitos do tempo, mas, sobretudo, seus, foi Mauá, de algum modo, precursor de um tipo social, que se tornaria, mais tarde, comum; foi, talvez, "heróico na adversidade". Pode-se por tudo isto, fazer, em torno dêle, a história econômica do Império. Mauá morreu em outubro de 1889. Sua biografia, pode-se dizer, está por ser feita".

un prétexte, sinon une raison très plausible: la protection de l'industrie nationale. Elle n'existe que sur une échelle très restreinte, et ce n'est pas formuler un blâme que de regretter, à la suite d'hommes éminents que j'ai entendus parler sur ce sujet, que le pays n'ait pas consacré au développement de ses richesses terriennes, les efforts et les sommes qu'il a employé au lancement d'industries que l'état économique actuel ne permet pas de faire prospérer. Tant que les matières premières manqueront ou ne seront pas livrées à la main d'oeuvre dans des conditions favorables, tant que le bois, le charbon, le fer, qui abondent au Brésil, ne pourront être exploités et conduits à bon marché, l'industrie ne pourra soutenir la concurrence avec celle de l'Amérique du Nord et de l'Europe".

E o bom padre aconselhava calma nesta febre de progresso e desenvolvimento: "A mon humble avis, le grand tort du Brésil, ce qui s'explique assez aisément par son génie ardent au progrès, par sa volonté intense de se placer au niveau des grandes nations civilisées, son grand tort a été de vouloir brûler les étapes"³¹.

Não é de hoje, assim, a mística de desenvolvimento nacional, a vontade de queimar etapas no caminho do progresso material e industrial. Mas, somente agora, com algumas indústrias de base, principalmente com a siderurgia, é que pôde o Brasil preparar-se realmente para o seu arranco (*take-off*) no desenvolvimento econômico. Não será mais verdadeiro dizer-se que o Brasil é um país subdesenvolvido, e sim que o Brasil possui grandes áreas ainda subdesenvolvidas, como o Nordeste e o Norte em geral. A par disso, apresenta outras áreas plenamente desenvolvidas ou em franco arranco para o desenvolvimento.

31 — L. A. Gaffre, *Visions du Brésil*, Rio de Janeiro, 1912, págs. 368, 379 e 36.

12. Desenvolvimento e estrutura social

Como um valor prévio, admite hoje em dia todo o povo brasileiro que a industrialização é o caminho mais rápido para o efetivo aumento da renda *per capita*, índice objetivo de maior desenvolvimento econômico. Apesar de algumas exceções — de países não industrializados, mas desenvolvidos, com alta média de renda *per capita* — já hoje em dia encontra-se inteiramente superada a opinião de certos grupos românticos contra a industrialização, como materialista, brutalizante do homem, baseada essa opinião nos desastres e desgastes humanos que a industrialização causou no século XIX, quando da época do capitalismo liberal.

Não há como negar, pois, que o desenvolvimento econômico, de caráter nacionalista, é uma das atuais aspirações do povo brasileiro. Mas há vários tipos de desenvolvimento, sendo altamente perigoso e errôneo o pretenso desenvolvimentismo industrial, em proveito somente de uma classe social, os industriais, em detrimento da grande maioria da nação, principalmente dos trabalhadores.

Seria verdadeiramente espetacular se o desenvolvimento econômico dependesse unicamente de capitais, investimentos, créditos e parques industriais, como quem constrói no vazio, como se o problema fôsse somente de dinheiro e de máquina. O assunto é sempre social, trata com homens, organizados em classes, em grupos, com necessidades reais, ideologias, interesses, situações, valores, símbolos, toda uma *Gestalt* (configuração, forma) que se estruturou historicamente e que insiste em permanecer. As organizações sociais, como as individuais, só consentem em se alterarem profundamente ou desaparecerem quando não encontram nenhuma possibilidade mais de se manterem iguais a si mesmas.

Cabe, pois, à Sociologia a análise dos fatores que aceleram ou retardam a mudança social, através de todas as manifestações da estrutura social. O desenvolvimento não é unilinear e simplista, sem condicionamentos gerais nem

conseqüências sôbre todo o restante da organização social. As relações de trabalho serão inicialmente afetadas, como o serão também a família, a escola, a religião, a vida política, artística, jurídica (incluindo a organização burocrática estatal), e assim por diante³².

Noção importantíssima e ainda hoje atual, embora sob denominações diversas — *Gestalt, continuum*, coesão interna, etc. — é a de *consensus* social. Em permanente tensão, apresenta-se a estrutura social como um todo inteiriço, interdependente, sem a menor gratuidade em qualquer de suas partes. Muitas vêzes na mais longínqua e discreta das suas manifestações está presente, como um foco silencioso, um fator até então insuspeitado. É preciso ter uma visão total do campo, como acontece na Física, com um esquema tanto quanto possível completo das fôrças que nêle atuam ou possam atuar. Não é viável um programa, nem muito menos uma ideologia unilateral e simplista do desenvolvimento econômico.

É em tôrno da estratificação social, com tôda a sua problemática de mobilidade, que mais se deve fixar qualquer planejamento sôbre o desenvolvimento. Não há mais condições históricas para que possa ser imitado o exemplo inglês de desenvolvimento econômico durante a primeira metade do século XIX: enriquecimento de uma classe em prejuízo de outra muito mais numerosa e necessitada. Ao contrário do que pensam certos teóricos nacionais, o desenvolvimento não deve ser proposto em duas etapas: primeiro, o enriquecimento da nova classe proprietária, a indústria, sob todos os protecionismos estatais, para só depois passar-se à nova etapa, da distribuição da renda nacional. Ambos os desenvolvimentos devem ser concomitantes. O desenvolvimento econômico, nesta altura do século, deve levar em conta os

32 — Veja-se o resultado do seminário internacional *Resistência à mudança. Fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento*, Rio de Janeiro, 1960.

Interessante também é a contribuição de F. Alberoni, *I fattori culturali dello sviluppo economico in Sardegna*, Milano, 1961.

regional, de uma fase menos humana para uma fase mais humana, no ritmo mais rápido possível, pelo menor custo econômico, tendo em vista maior e mais profunda integração dêsses grupos e das diversas áreas do país.

Entre nós, por exemplo, há certos cânones sôbre os quais reina a mais perfeita unanimidade. Sem a reforma agrária — com o desaparecimento do latifúndio improdutivo, com o aumento da produtividade rural, a mudança radical das condições estruturais da nossa sociedade agrária, verdadeiramente medievais —, torna-se impossível falar em autêntico ou mesmo razoável desenvolvimento econômico. No ano passado destacava o economista Alexandre Kafka a necessidade dessas mudanças estruturais na América Latina para que se possa, realmente, falar em desenvolvimento³³. Em verdade, não se pode admitir desenvolvimento econômico sem um concomitante desenvolvimento social, de integração nacional em todos os sentidos: das populações, das regiões geo-econômicas, dos estratos sociais.

Ainda há pouco, em julho de 1959, tivemos oportunidade de presidir a Comissão A, do V Congresso Latino-Americano de Sociologia, realizado em Montevidéu, cujas conclusões parciais foram as seguintes e com as quais estamos de pleno acôrdo: "Así, la Comisión expone: 1) Que la planificación del desarrollo económico se armonice con las medidas aconsejadas, con los planes de reforma agraria en vigor a adoptarse, la cual se considera necesaria para el desenvolvimiento de la empresa industrial; 2) Se estimulen las nuevas formas de empresa que consultan la integración de su personal, de modo que aquella pueda transformarse en una comunidad de producción de trabajo; 3) Que los planes de desenvolvimiento tiendan a la descentralización

33 — A. Kafka, in *Economic Development for Latin America*, ed. por H. Ellis e H. Wallich, Londres, 1961, págs. 1/25.

Também P. Singer, *Agricultura e desenvolvimento econômico*, in *Rev. Br. de Est. Pol.*, out. 1961.

diferentes estratos sociais, harmonizando o crescimento do capital e o tecnológico com a melhor distribuição da riqueza, maior segurança dos trabalhadores e elevação de seus níveis de vida. Só assim poderão eles participar da obra do enriquecimento comum. De resto, tendo aumentado a sua renda *per capita*, aumentará também, por certo, o seu poder aquisitivo, com o que lucrará a própria indústria nacional.

No manifesto do lançamento da revista *Développement & Civilisations*, em março de 1960, lêem-se estas palavras da mais perfeita lucidez, apesar da sua extrema simplicidade: "Il n'y a de développement authentique qu'en regard de l'évolution solidaire des hommes vers un plus humain authentique.

Le développement authentique ne peut être que le développement intégral harmonisé, préoccupé avant tout de réaliser l'homme au maximum, chacun des hommes, et tous les hommes au sein de chaque société globale, et, de proche en proche, de toutes les sociétés globales de quelque façon interdépendantes.

Le problème est économique, technique, sociologique, éthique, politique, spirituel. À lui seul, le développement économique et technique n'est pas le développement. Il peut même, à bien des égards, devenir l'anti-développement, dès qu'il saccage les valeurs humaines antérieures ou qu'il a crée, sous l'aspect humain, des anti-valeurs dont les effets perniciosos ne sont pas toujours immédiats".

E logo no início do editorial encontram-se estas linhas, significativas de todo um programa: "Or, le développement, essentiellement, concerne l'homme. Il ne peut s'agir, en définitive, que de valoriser l'homme, c'est-à-dire chaque homme en tant que tel, et l'humanité tout entière. "Tout l'homme et tous les hommes", comme aime à le répéter François Perroux".

Daí a definição, que propomos, de desenvolvimento econômico integral e autêntico, como a passagem de todos os grupos sociais que compõem uma população, nacional ou

industrial, mediante una efectiva distribución geográfica de las empresas que consulten sus condiciones económicas y técnicas y las posibilidades naturales y demográficas de la región; 4) Que las empresas directamente através de entidades educativas especialmente organizadas deben participar con los órganos del Poder Ejecutivo y sin perjuicio de enseñanza en la preparación de la mano de obra empleada y en potencia, tarea en la que tendrán como objetivos el adiestramiento del trabajador en las operaciones laborales, el mejoramiento del nivel intelectual y la realización plena de su personalidad; 5) Que en el planeamiento del desarrollo económico se hagan estudios sociológicos sobre la estructura social de la región, zona o país, donde se piensa aplicar el programa; 6) Que en todas las comisiones y en todos los grupos de trabajo creados en cualquier país del área latinoamericana para el estudio de las condiciones integrantes del proceso de desarrollo con objetivos de planificación de eso desarrollo sean constituidos con participación de sociólogos".

Concluiu também o Congresso, no mesmo assunto, que "uno de los efectos sociales inevitables del proceso del desarrollo económico es el cambio de estructura social y en el caso de America Latina, existe una estructura social con una configuración que implica la distribución diferencial de las diversas formas de privilegio social (el poder, el prestigio y las posibilidades económicas)".

Fato já registrado por todos os teóricos clássicos e atuais do desenvolvimento econômico, de nada ou de pouco adianta o simples *know-how* econômico e financeiro sem a concomitante mudança das condições institucionais da sociedade. E é o que se dá no Brasil. Sem a alteração da sua estrutura social, no que diz respeito às diversas formas de privilégio social, mormente nos meios rurais, quanto ao poder, ao prestígio e às oportunidades econômicas, de pouco adiantará essa apressada capa de cultura industrial, protegida, aco-

modada e imposta, mas nunca assimilada profundamente, numa penetração funcional em todos os estratos sociais³⁴.

13. Industrialização e policultura

Com a reforma agrária e com a industrialização, só assim, poderá o Brasil desprender-se do seu quadro clássico de monocultura, que vem desde os tempos coloniais, vivendo em tôdas as épocas a sua economia na dependência direta e imediata de um produto agrícola dominante. Embora com aparente policultura rural, em verdade sempre destacou-se uma certa cultura, fazendo com que se caracterizassem tão nitidamente os ciclos econômicos brasileiros. É fácil ao historiador econômico traçar a morfologia histórica da economia brasileira.

Com razão observou Normano: “A história da economia brasileira é uma série de récordes sensacionais caracterizada por uma seqüência de flutuações que espantam. Ela constitui, na verdade, a história do aparecimento e desaparecimento por assim dizer de sistemas econômicos inteiros em que uma nação baseia a sua existência. A sua característica principal é a permanente mudança das condições dos produtos que poderemos chamar de “produtos-reis”. Açúcar, cacau, ouro, fumo, borracha, café — cada um desses produtos tem o seu lugar na história do País, e foram, cada

34 — Eis um lugar comum entre os teóricos do desenvolvimento: não há um só tipo de desenvolvimento, unilinear e uniforme, e nenhum desenvolvimento econômico será possível e estável sem a correspondente mudança das condições da estrutura nacional ou regional. Cf.: J. Schumpeter, *Théorie de l'évolution économique*, trad. de Anstett, Paris, 1935, págs. 225 e segs.; Adolf Löwe, *Economics and Sociology. A plea for co-operation in the social sciences*, Londres, 1935, pág. 101. J. Lambert, *op. cit.*, págs. 107, 187 e segs.; W. Arthur Lewis, *A teoria do desenvolvimento econômico*, trad. de Reis e Miranda, Rio de Janeiro, 1960, pgs. 7, 15, 180 e segs.; Simon Kusnets, *Six lectures on economic growth*, Illinois, 1959, pág. 111; United Nations, Department of Economic and Social Affairs, *Processes and problems of industrialization in Underdeveloped countries*, New York, 1955; W. W. Rostow, *The stages of economic growth*, Cambridge, 1961, págs. 26 e segs.

um no seu tempo, o eixo da economia nacional (ou estadual), dando ao Brasil uma supremacia mundial temporária”³⁵.

Só com o desaparecimento das monoculturas extensivas, com maior apropriação da terra, mais numerosa e produtiva participação de todos na terra, é que juntamente com a industrialização crescente, diversificada e pluralista, poderá a economia brasileira escapar ao círculo vicioso dos produtos monocultores dominantes. O domínio de uma só cultura acaba por comandar tôda a vida econômica nacional, fazendo com que tôda a política econômica se submeta à continuidade do êxito internacional do produto-rei do momento, num protecionismo de tôdas as horas e retardando os novos caminhos de mudança. E monocultura significa, de certa forma, ditadura: ditadura de uma classe de produtores, que passa a ser a classe dominante e dirigente, que tudo faz, através de seus representantes políticos, pela manutenção do *statu quo*; ditadura de uma região, que atrai para si, pela maior rentabilidade, os melhores capitais, a melhor mão-de-obra e a aplicação dos recursos nacionais em serviços públicos (estradas, transportes, escolas, abastecimento, etc.).

14. Conclusões

São, assim, fàcilmente apreensíveis os *principia media* evolutivos da sociedade brasileira contemporânea. O valor incontestado e mais alto se coloca em torno do desenvolvimento econômico, na necessidade do aumento da renda *per capita* da população. Depois dos primeiros albores entusiastas dessa política, reconhece-se agora que êsse desenvolvimento deve ser também social, fazendo com que tôdas as classes dêle participem e não uma só, privilegiada e pro-

35 — J. F. Normano, *Evolução econômica do Brasil*, trad. de Quartim, Rodrigues e Teixeira, 2.ª ed., São Paulo, 1945, pág. 23.

tegida, em prejuízo da quase totalidade da nação. Reconhece-se também, a esta altura, que, se a inflação é um processo crônico entre nós, atingiu a um paroxismo tal que poderá retardar ou destruir o próprio desenvolvimento, do qual — diziam alguns — seria ela o melhor instrumento investidor. Necessitando ser antiinflacionário, aprasentasse esse desenvolvimento cada vez mais em termos nacionalistas, com capitais nacionais ou restrições ao capital estrangeiro.

Por outro lado, uma das maiores resistências ao desenvolvimento, em termos de industrialização e urbanização, encontra-se na existência de uma estrutura social arcaica, que precisa ser reformada. Incluem-se aqui a reforma agrária, a reformulação do conceito de empresa, a instituição de uma verdadeira democracia industrial, o fortalecimento das classes médias urbanas. No campo da educação — fala-se tanto em educação para o desenvolvimento, como se a educação não fizesse parte também da estrutura social... — tomam essas aspirações o caráter de democratização da cultura, com maior número de oportunidades para todos, gratuidade do ensino, através de crescente articulação de cursos e flexibilidade de currículos.

No campo da política, embora ainda muito longe do que se pretende, está na consciência de todos a necessidade da reforma eleitoral, com redução do número de partidos, autêntica e sincera representatividade partidária no Congresso, estabelecimento da cédula única e impedimento dos abusos do poder econômico, tornando possível a todos o acesso às fontes de informação da opinião pública.

Integração nacional, em suma, é ao que aspira o povo brasileiro, de território, de regiões econômicas, de classes sociais, de partidos políticos —, não estando estranha a esse processo a necessidade da reforma tributária, que, embora jurídica, possa servir de instrumento impeditivo para uma crescente discriminação de fortunas na sociedade. As contribuições mais seguras e menos sonegadas são exatamente

te as oriundas de vencimentos e salários, com imensa evasão de rendas maiores de pessoas físicas e jurídicas, que enriquecem à custa do País e pouco contribuem para a sua administração.

SUMÁRIO

A extensão territorial do Brasil teria de refletir-se em sua constituição social e psicológica de forma irrefutável. Ainda hoje, com os modernos meios de transporte e de comunicação, encontram-se em pauta os permanentes problemas cruciais de sua formação histórica, condicionados pelos fatores da sua morfologia geográfica. As entradas e bandeiras — embora muito significassem no recuo da fronteira, dando já em 1750, praticamente, os atuais contornos do Brasil, — foram antes mais depredatórias do que fixadoras de estabelecimentos humanos permanentes e organizados.

A ocupação humana fez-se em termos de longas extensões de terras, latifundiárias e monocultoras. Os clãs familiares e localistas, sob domínio privado, divorciaram-se da formação nacional, abandonadas por todos as benfeitorias públicas. Onde estradas, mercados, formação de artifices, se cada fazenda dispunha de pessoal próprio, constituído de escravos, agregados e trabalhadores livres?

Esta pulverização social, em que o poder central se fragmenta através dos núcleos dominiais, importa no fortalecimento do poder privado, tipo feudal, representado pelos senhores patriarcais. Com um mínimo de urbanização, sem grêmios de oficiais mecânicos, dividiu-se a estratificação brasileira, desde os primórdios da sua formação, em duas camadas bem nítidas: os nobres e o populacho, com pequenas e insignificantes manifestações de categorias intermediárias. Somente depois de 1888, com a urbanização e a industrialização, com o crescimento do comércio e da máquina governamental, é que se vêm constituindo as classes médias brasileiras.

Os problemas de hoje são os mesmos de ontem, advindos da formação nacional: individualismo, poder privado, ausência de autênticas e permanentes agências de integração nacional. São assim aspirações atuais do povo brasileiro: integração nacional, com ocupação humana de todo o território; integração das diversas regiões econômicas, com a redução dos desníveis de uma chocante economia dual; reformas de base, que permitam mais profunda integração das classes sociais, dos partidos e da renda nacional; desenvolvimento

econômico, com reforma agrária e com mudança de estrutura social, já que a atual configuração implica na distribuição discriminatória das diversas formas de privilégio social, de poder, de prestígio e de possibilidades econômicas; nacionalismo, finalmente, que nada mais representa do que a tomada de consciência de todo esse processo de mudança social.

SUMMARY

Brazil's vastness would have to be reflected in an undeniable way on its social and psychological constitution. Even today, with the modern means of transportation and communication, the permanent, crucial problems of its historical formation, conditioned by its geographic morphology, have not been solved. The Entradas and Bandeiras, although contributing a lot to the expansion of our territory since they practically gave the country, in 1750, the contours it has today, were more predatory than fixative of permanent and organized human settlements.

Human settlements sparsely covered large extensions of land under the form of large landed estates with one-crop farming. Family and regional clans, under private rule, were dissociated from the country's formation, set aside by all public improvements. Why roads, markets, preparation of skilled labor if each farm had its own personnel constituted by slaves, share croppers and free laborers?

This social atomization in which the central power is fragmented through the domainial nuclei, resulted in the strengthening of private, feudal type power represented by the patriarchal landlords. With a minimum of urbanization, without guilds representing mechanical artisans, Brazil's society was divided from the first days of its formation in two well defined strata; the nobility and the populace, with small and insignificant signs of intermediate categories. It was only after 1888 that the Brazilian middle classe started to take shape, together with urbanization and industrialization and with the growth of trade and the government machine.

We have, today, the same problems of yesterday, originating from the national formation: individualism, private power, absence of authentic and permanent aims of national integration. Thus, the present aspirations of the Brazilian people are: national integration, with human occupation of the country's whole territory; integration of the different economic areas with the reduction of the

differences of a shocking dual economy; basic reforms to permit a deeper integration of the social classes, of the parties and of the national income; economic development with the land reform and the modification of the social structure since the present form implies in the discriminatory distribution of the different forms of social privileges, of power, of prestige and of economic possibilities; and finally, nationalism which represents nothing more than the consciousness of all this process of social modification.